O Estado de direito como infraestrutura econômica

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Um centro financeiro vende promessas. Um banco aceita um depósito com a promessa de restituí-lo. Um gestor de fundos assume um mandato com a promessa de lealdade e diligência, enquanto uma trading financia uma carga com a promessa de que os documentos descrevem mercadorias que existem. Cada uma dessas promessas vale apenas o que valem as instituições que a fazem cumprir. Quem aplica capital em Singapura compra, portanto, além de uma taxa de juros ou de uma taxa de administração, o acesso a seus tribunais, à sua legislação e a uma administração que não pede propina. Este capítulo examina essa infraestrutura, invisível nos balanços das instituições financeiras e, no entanto, presente em cada um de seus contratos.

O capítulo F.III do volume sobre Genebra examinou a mesma questão para a cidade às margens do Ródano sob o título de Genebra como *place de droit*, um centro do direito. Descreveu o direito suíço da arbitragem internacional, o papel do Tribunal Federal nos processos de anulação e o debate sobre um tribunal comercial para Genebra. Concluiu que a reputação de um centro do direito repousa na qualidade de seus tribunais, na independência de seus árbitros e na integridade de seus profissionais.[1] Singapura oferece um paralelo notável e uma diferença notável. O paralelo está no resultado, pois as duas cidades são vistas pelos investidores como

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

lugares onde os contratos são cumpridos e a propriedade está segura. A diferença está no contexto político. Genebra é um cantão de uma democracia federal com votações populares diretas, enquanto Singapura é governada por um único partido desde 1959[2] e combina um Executivo forte com tribunais amplamente respeitados em matéria comercial.

O capítulo dá continuidade ao argumento da Parte A e do capítulo B.I, que traçaram a recepção do direito inglês, as Charters of Justice (cartas de justiça) e a Supreme Court colonial. Examina o Judiciário da república independente, o combate à corrupção e o papel do Corrupt Practices Investigation Bureau, a segurança jurídica como fator na concorrência entre centros financeiros, os rankings internacionais em que Singapura tem desempenho tão bom e as questões que esses rankings deixam em aberto. Termina com a questão mais difícil: o que significa o Estado de direito num Estado forte e por que um governo com ampla maioria parlamentar se vinculou a regras que seus próprios tribunais e investigadores fazem cumprir. A arbitragem e o Singapore International Commercial Court pertencem aos capítulos F.II e F.III. O combate à lavagem de dinheiro, as sanções e a responsabilidade penal das empresas pertencem à Parte H.

Pontos essenciais

O poder judicial de Singapura é atribuído pelo artigo 93 da Constituição à Supreme Court e aos tribunais inferiores, cujos juízes exercem o cargo até os 65 anos e só podem ser destituídos por recomendação de um tribunal especial. Desde 2 de janeiro de 2021, a Supreme Court compreende a Court of Appeal e uma High Court dividida em uma Appellate Division e uma General Division, que inclui o Singapore International Commercial Court. Os recursos ao Privy Council terminaram em 8 de abril de 1994. O Corrupt Practices Investigation Bureau, fundado em setembro de 1952, aplica o Prevention of Corruption Act de 17 de junho de 1960, que alcança tanto o setor público quanto o privado. Em 2025, Singapura ficou em terceiro lugar entre 182 países no Índice de Percepção da Corrupção da Transparência Internacional e em décimo sexto entre 143 no Rule of Law Index do World Justice Project, com posições altas em ausência de corrupção, aplicação regulatória e justiça

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

civil e posições mais baixas em limites aos poderes do governo, governo aberto e direitos fundamentais. A acusação e a prisão de um ex-ministro dos Transportes em 2024 mostraram que o regime anticorrupção se aplica no topo do governo.

Notas

1. Ressos, *Genève, place financière internationale*, partie F, chapitre III, « Diplomatie économique et règlement des différends : Genève, place de droit », section « Ce que la place de droit apporte à la place financière » (manuscrito consultado em novembro de 2026): a reputação de Genebra como *place de droit* repousa na qualidade de seus tribunais, na independência de seus árbitros e na integridade de seus profissionais. ↩
2. Wikipedia, "Politics of Singapore" (acesso em novembro de 2026): Singapura é "governed by the People's Action Party (PAP) since 1959". ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.